

CONSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA COMENTADA

GUSTAVO FOSSATI

4ª EDIÇÃO

revista, atualizada e ampliada



THOMSON REUTERS

**REVISTA DOS
TRIBUNAIS™**

Diretores de Conteúdo e Operações Editoriais

ALEXANDRE FERREIRA MATTHOLI E JULIANA MAYUMI ONO

Gerente de Conteúdo

ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES

Editorial: Aline Marchesi da Silva, , Camilla Sampaio, Karolina de Albuquerque Araújo Martino e Quenia Becker

Estagiários: Aline Pavanelli e João Victor Sales

Produção Editorial e Equipe de Conteúdo Digital

Gerente de Conteúdo

MILISA CRISTINE ROMERA

Especialistas Editoriais: Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

Analista de Projetos: Jéssica Viana Bezerra

Analistas de Operações Editoriais: Danielle Castro de Moraes, Mariana Plastino Andrade e Patrícia Melhado Navarra

Analistas de Qualidade Editorial e ProView: Ana Paula Cavalcanti, Gabriel George Martins, Gabriela Cavalcante Lino, Maria Carolina Ferreira, Maria Cristina Lopes Araujo, Rodrigo Araujo e Victória Menezes Pereira

Estagiárias: Beatriz Parise Jatene Castello Branco e Rebeca Crespo Rangel

Capa: Lucas Kfourì

Adaptação capa: Linotec

Lider de Inovações de Conteúdo para Print

CAMILLA FUREGATO DA SILVA

Visual Law: Victória Menezes Pereira e Deborah Fagnoni

Gerente de Operações e Produção Gráfica

MAURICIO ALVES MONTE

Analista de Produção Gráfica: Jéssica Maria Ferreira Bueno

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Fossati, Gustavo

Constituição Tributária comentada / Gustavo Fossati. -- 4. ed. rev., atual. e ampl. -- São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2024.

Bibliografia.

ISBN 978-65-260-1509-4

1. Direito constitucional - Brasil 2. Direito tributário - Brasil I. Título.

24-206296

CDU-342(81)

-34:336.2(81)

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Direito constitucional 342(81)

2. Brasil : Direito tributário 34:336.2(81)

Cibele Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427

Sumário

ATUALIZE-SE COM VISUAL LAW!	7
APRESENTAÇÃO	9
PREFÁCIO À 2ª EDIÇÃO	11
PREFÁCIO À 3ª EDIÇÃO	13

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO III DA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO

CAPÍTULO VII DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

SEÇÃO IV Das Regiões

ART. 43	45
1. Concessão de incentivos regionais.....	46
1.1. Sustentabilidade ambiental	46
1.2. Redução de emissões de carbono	47

TÍTULO IV DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES

CAPÍTULO I DO PODER LEGISLATIVO

SEÇÃO II Das Atribuições do Congresso Nacional

ART. 50	49
1. Convocação do Presidente do Comitê Gestor	49

CAPÍTULO III
DO PODER JUDICIÁRIO

SEÇÃO III
Do Superior Tribunal de Justiça

ART. 105, INC. I, ALÍNEA “J”	51
1. Competência do STJ para conflitos entre entes federativos ou entre estes e o Comitê Gestor	51

TÍTULO VI
DA TRIBUTAÇÃO E DO ORÇAMENTO

CAPÍTULO I
DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

SEÇÃO I
Dos Princípios Gerais

ART. 145	53
1. Sistema Tributário Nacional	53
2. Abrangência nacional	54
3. Poder de tributar	54
4. Conceito de tributo	55
4.1. Pedágio	55
4.2. “Seguro apagão”	56
4.3. Contribuição ao FGTS	56
5. Espécies tributárias. Classificação corrente	56
6. Espécies tributárias. Critérios para classificação	58
6.1. Contribuição ao INCRA	58
6.2. Contribuição de iluminação pública	58
7. Impostos	58
7.1. Legislação anterior	59
7.2. Conceito	60
7.3. Classificação	61
7.3.1. Ordinários ou extraordinários	61
7.3.2. Fiscais ou extrafiscais	61
7.3.3. Pessoais ou reais	62
7.3.4. Diretos ou indiretos	62

7.3.5. Fixos, proporcionais ou progressivos.....	63
7.3.6. Instantâneos, complexos ou continuados.....	64
8. Taxas.....	64
8.1. Razoável equivalência.....	65
8.2. Taxa de Expediente	65
8.3. Taxa de Pavimentação Asfáltica.....	66
8.4. Taxa de Fiscalização Ambiental (TFA)	66
8.5. Poder de polícia	66
8.6. Poder de polícia, policiamento ostensivo e Taxa de Segurança Pública ...	67
8.7. Exercício regular do poder de polícia. Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental do IBAMA (TCFA)	68
8.8. Crítica ao caso da TCFA IBAMA.....	68
8.9. Taxa de Renovação de Localização e Funcionamento.....	69
8.10. Taxa de Licença para Localização, Funcionamento e Instalação	70
8.11. Taxa CVM.....	70
8.12. Taxa sobre recursos hídricos. Custo de fiscalização. Proporcionalidade	71
8.13. Taxa de controle, monitoramento e fiscalização ambiental (TFPG). Atividades da indústria de petróleo e gás. Valor da taxa. Desproporcionalidade ...	72
8.14. Taxa de registro de permanência de estrangeiros no país. Imunidade. Condição de hipossuficiente.....	72
8.15. Serviço público específico e divisível	73
8.16. Taxa de Iluminação Pública	74
8.17. Taxa de Limpeza Pública Urbana	74
8.18. Taxa de Coleta e Remoção de Resíduos Sólidos.....	74
8.19. Taxa de Matrícula.....	76
8.20. Fornecimento de certidões	76
8.21. Taxa de Incêndio	76
8.22. Taxa de Conservação e Manutenção de Estradas	77
8.23. Custas judiciais e emolumentos.....	77
8.24. Contraprestações equivocadamente denominadas de taxas.....	78
8.25. Utilização potencial	78
8.26. Taxas e tarifas.....	79
8.27. Esgoto e água encanada	80
8.28. Encargos de capacidade emergencial.....	80
9. Contribuição de melhoria.....	81
9.1. Regras gerais	82
9.2. CTN, DL 195/67 e lei local	83

§ 1 ^a	84
10. Caráter pessoal dos impostos	84
11. Capacidade contributiva.....	85
11.1. Capacidade contributiva, igualdade, liberdade e mínimo existencial....	86
11.2. Capacidade contributiva e planos horizontal e vertical da igualdade tributária	87
11.3. Capacidade contributiva e indisponibilidade econômica da riqueza	88
11.4. Capacidade contributiva e mínimo existencial.....	89
11.4.1. Mínimo existencial, cesta básica e ICMS.....	90
11.4.2. Mínimo existencial, açúcar de cana e IPI.....	90
11.4.3. Mínimo existencial, deduções fiscais e correção monetária da tabela do IR	90
11.4.4. Mínimo existencial e Tribunal Constitucional Federal alemão	91
11.5. Capacidade contributiva e proibição de confisco.....	93
11.5.1. Proibição de confisco: EUA, Alemanha e Brasil	93
11.5.2. Proibição de confisco: a resposta “caso a caso” do STF a partir da razoabilidade	94
11.5.3. Proibição de confisco e contexto cultural do Estado	96
11.6. Capacidade contributiva e amplitude de aplicação	96
11.6.1. Progressividade do IPTU	96
11.6.2. Progressividade do ITBI.....	97
11.6.3. Capacidade contributiva e impostos pessoais, diretos e com finalidade fiscal. Ampliação gradual.....	97
11.6.4. IPVA	97
11.6.5. ITCD. Progressividade	98
11.6.6. Contribuições.....	98
11.6.7. ISS profissionais liberais	99
11.6.8. Taxa de Coleta de Lixo	99
11.6.9. Taxa de Fiscalização CVM	100
11.6.10. ICMS	100
11.6.11. Consolidação da superação do precedente: dos impostos pessoais, diretos e com finalidade fiscal à capacidade contributiva.....	100
11.6.12. Capacidade contributiva e finalidade extrafiscal ou diretiva	101
11.7. Progressividade	102
11.7.1. Progressividade na jurisprudência do STF.....	102
12. Fiscalização tributária e direitos individuais do contribuinte.....	104
12.1. Direitos individuais dos contribuintes, limitações constitucionais ao poder de tributar e direitos e garantias fundamentais.....	105

12.2. Apreensão de livros contábeis e documentos fiscais	105
12.3. Sigilo bancário	106
12.3.1. Crítica à decisão do STF sobre sigilo bancário	107
12.4. Compartilhamento de dados da UIF e da RFB com o MP	109
§ 2^a	110
13. Impostos dissimulados por taxas	110
13.1. Taxa com base de cálculo do ITR e do ITCD	110
13.2. Taxa com base de cálculo vinculada ao patrimônio, ao volume da produção e ao número de empregados	111
13.3. Taxa e adoção de um ou mais elementos da base de cálculo de imposto ...	111
13.4. Taxa e patrimônio líquido ou faturamento	112
§ 3^a	113
14. Novos princípios do Sistema Tributário Nacional	114
14.1. Simplicidade	115
14.2. Transparência	116
14.3. Justiça Tributária	117
14.4. Cooperação	118
14.5. Defesa do meio ambiente	119
§ 4^a	121
ART. 146	124
1. Competência do legislador complementar	124
2. Hierarquia entre lei complementar e lei ordinária	125
3. Revogação de lei complementar por lei ordinária	125
4. Lei complementar em matéria tributária e conformidade da legislação tributária	125
INC. I	126
5. Solução dos conflitos de competência	127
INC. II	129
6. Competência para regular as limitações constitucionais ao poder de tributar ...	129
INC. III, ALÍNEAS “A” A “D”, § 1^a AO § 3^o	130
7. Lei complementar das normas gerais de Direito Tributário	131
8. Função do Código Tributário Nacional	132
9. “Especialmente”	133
10. Definição de tributos e de suas espécies	133

11. Definição dos fatos geradores, bases de cálculo e contribuintes dos impostos previstos na Constituição.....	134
11.1. Competência dos Estados e Municípios na inexistência de lei complementar federal.....	134
11.2. Resolução do Senado. Alíquotas ITCD, ICMS e IPVA.....	135
11.3. Convênios CONFAZ. Benefícios fiscais ICMS.....	136
11.4. Contribuições não exigem lei complementar	136
11.5. Obrigação, lançamento, crédito, prescrição e decadência tributários....	137
11.6. Responsabilidade tributária de terceiros. Infrações. Lei estadual. Conflito. Norma geral federal.....	138
11.7. Compensação de ofício. Lei 9.430/96. Débitos parcelados sem garantia. Suspensão da exigibilidade do crédito	138
11.8. Responsabilidade tributária. Regulação por lei complementar	139
11.9. Extinção do crédito tributário. Dação em pagamento	139
11.10. Decadência e prescrição. Prazos, interrupção e suspensão	140
11.11. Adequado tratamento tributário ao ato cooperativo	141
11.11.1. Sociedade cooperativa e ato cooperativo. Natureza jurídica	141
11.11.2. Operações com não associados. Incidência de tributos.....	142
11.11.3. Valores repassados aos profissionais cooperados. Exclusão da base de cálculo do ISS.....	143
11.11.4. “Adequado”. Imunidade e isenção	143
11.11.5. Seguridade social	144
11.11.6. Benefício tributário por lei complementar. Revogação por medida provisória	144
11.11.7. Inexistência de lei complementar para o adequado tratamento tributário das cooperativas.....	145
11.12. Tratamento diferenciado e favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte	145
11.12.1. Critérios de diferenciação	146
11.12.2. Tributos abrangidos	147
11.12.3. Obrigatoriedade de adesão dos Estados e Municípios. Ausência de violação à forma federativa de Estado	148
11.12.4. Débitos tributários. Constitucionalidade da exclusão	148
11.12.5. Optantes pelo Simples. Impossibilidade de outros benefícios fiscais	149
11.12.6. Diferencial de alíquota de ICMS. Optante pelo Simples Nacional	149
11.12.7. Facultatividade de recolhimento do IBS e da CBS.....	150

11.12.8. Hipótese de recolhimento do IBS e da CBS por meio do regime do Simples Nacional.....	150
ART. 146-A	151
1. Neutralidade da tributação. Prevenção de desequilíbrios da concorrência	151
1.1. Cancelamento do registro. Cigarro	152
ART. 147	154
1. Territórios e Distrito Federal. Competência tributária.....	154
ART. 148	155
1. Empréstimo compulsório. Natureza jurídica	155
1.1. Forma de restituição	155
1.2. Competência. Lei complementar	156
1.3. Finalidade	156
1.4. Anterioridade	157
1.5. Aplicação dos recursos vinculada à despesa	158
ART. 149	158
1. Contribuições especiais como espécie de tributo	158
2. Finalidade e destinação específicas.....	158
3. Exaurimento da finalidade. Perda do objeto. Extinção da contribuição.....	159
4. Referibilidade. Pertinência ao grupo	161
4.1. Casos SEBRAE e INCRA.....	162
4.2. Crítica às decisões SEBRAE e INCRA	163
5. Instituição por lei ordinária	164
6. Norma de competência do art. 149	164
7. Espécies de contribuições especiais	164
8. Contribuições de intervenção no domínio econômico (CIDE)	165
8.1. Situações de intervenção no domínio econômico	166
8.2. Intervenção setorial	167
8.3. Contribuições do Sistema S.....	167
9. Contribuições de categorias profissionais ou econômicas	168
9.1. Suspensão. Conselho de fiscalização profissional. Inadimplência de anuidades. Sanção política em matéria tributária	168
9.2. OAB. Anuidade. Limitação quantitativa. Liberdade de exercício da profissão e capacidade contributiva	169
9.3. Contribuição confederativa	170
9.4. Servidores públicos.....	170
9.5. “Imposto” sindical.....	170

§ 1º.....	172
10. Contribuição previdenciária dos servidores públicos	172
10.1. Inativos e pensionistas	173
10.2. Lei estadual que aumenta as alíquotas da contribuição previdenciária dos servidores públicos	173
§ 2º AO § 4º	174
11. Imunidade. Receitas de exportação	174
12. Exportação indireta. <i>Trading companies</i>	175
13. Importação. Incidência	176
13.1. Importação de serviços.....	177
13.2. Bases de cálculo	177
13.3. Exclusão da capatazia do valor aduaneiro. Decreto 11.090/2022	178
13.4. Limitação semântica da base de cálculo. Consequências para outros casos.....	179
13.5. Pessoa natural como contribuinte por equiparação.....	181
13.6. Possibilidade de incidência monofásica	181
ART. 149-A	182
1. Contribuição de iluminação pública	182
1.1. Taxa de iluminação pública. Inconstitucionalidade.....	182
1.2. EC 39/02 (CIP)	183
1.3. Fato gerador	184
1.4. Isonomia. Progressividade. Capacidade contributiva.....	185
1.5. Tributo de caráter <i>sui generis</i>	186
1.6. Aplicação dos recursos arrecadados. Custeio da iluminação pública na expansão e aprimoramento da rede	186
ART. 149-B	187
1. Observância das mesmas regras para o IBS e a CBS.....	187
ART. 149-C	189
1. Destinação do produto da arrecadação nas operações contratadas pela administração pública direta, autarquias e fundações públicas.....	189
 SEÇÃO II Das Limitações do Poder de Tributar 	
1. Compreensão geral	190
ART. 150	190
2. Catálogo das limitações.....	190

INC. I	192
3. Legalidade geral	192
4. Legalidade tributária	193
5. Exceções à legalidade tributária	193
5.1. Medida provisória	194
5.2. Alteração das alíquotas do II, IE, IPI e IOF.....	195
5.3. Fixação das alíquotas do ICMS monofásico sobre combustíveis.....	196
5.4. Redução e restabelecimento das alíquotas da CIDE-Combustíveis	196
6. Redução do tributo e legalidade	196
7. Base de cálculo. Alteração por ato infralegal.....	197
8. Base de cálculo. Atualização monetária.....	197
9. Prazo de recolhimento	198
10. Declarações tributárias. Livros fiscais. Notas fiscais.....	198
11. Fixação do valor máximo. Delegação à Administração.....	199
12. Delegação da complementação de conceitos. Efeitos sobre o elemento quantitativo do tributo. Seguro de Acidente do Trabalho	200
13. Fator Acidentário de Prevenção (FAP). Regulamento promovido pelo Decreto 3.048/99 (RPS).....	201
14. Norma geral antielisiva. § único do art. 116 do CTN. Pretensão de ofensa ao princípio da legalidade tributária.....	202
15. Emolumentos. Reserva legal.....	205
INC. II	205
16. Igualdade	205
16.1. Igualdade na lei e igualdade perante a lei.....	206
16.2. Critério de comparação. Finalidade buscada. Relação de coerência entre critério e finalidade	207
16.3. Critérios legítimos e ilegítimos.....	208
16.3.1. Capacidade contributiva	208
16.3.2. Fomento às microempresas e empresas de pequeno porte.....	209
16.3.3. Desenvolvimento regional	209
16.3.4. Estímulo ao cooperativismo	210
16.3.5. Função social da propriedade	210
16.3.6. Absorção de mão de obra acima de quarenta anos	211
16.3.7. Ramo de atividade econômica	211
16.3.8. Finalidade ambiental. Reflorestamento.....	212
16.4. Benefícios fiscais. Extensão. Controle judicial.....	212
16.5. Diferenciações. Regime tributário	213

16.6. Diferenciação. ISS. Sociedades profissionais	214
16.7. Parcelamento tributário. Vedação de ingresso. Depósito judicial	215
16.8. Reclamatória trabalhista. Recebimento de parcela única. Incidência da alíquota maior do IR	217
16.9. Crime de apropriação indébita previdenciária. Representação fiscal para fins penais. Exaurimento do processo administrativo-fiscal	217
INC. III, ALÍNEA “A”	218
17. Irretroatividade	218
17.1. Ancoramento constitucional	219
17.2. Proteção para o destinatário da lei	220
17.3. Aplicação retroativa da substituição tributária. Inconstitucionalidade	220
17.4. Retroatividade da lei instrumental	220
17.5. Possibilidade de alteração do prazo de pagamento do tributo após o fato gerador	222
17.6. IR. Súmula 584 do STF	222
17.6.1. Superação da Súmula 584 do STF	223
17.7. Importação e exportação. Aspecto temporal da norma tributária. Violação à segurança jurídica	223
17.8. Lei interpretativa. Aplicação a ato ou fato pretérito	225
INC. III, ALÍNEAS “B” E “C”	226
18. Anterioridade tributária	226
18.1. Anualidade	226
18.2. Tipos de anterioridade	227
18.3. Medida provisória	227
18.4. Segurança jurídica. Objetivo maior	228
18.5. Revogação de benefício fiscal	229
18.6. Correção monetária	230
18.7. Prazo de recolhimento	231
INC. IV	231
19. Confisco	231
19.1. Significado e sentido	231
19.2. Aspecto quantitativo	232
19.2.1. Totalidade da carga tributária incidente	233
19.2.2. Razoabilidade e proporcionalidade	234
19.2.3. Cláusula aberta. Conceito jurídico indeterminado	235
19.2.4. Aumento de 4% para 14%. Ausência de efeito confiscatório	235
19.2.5. Alíquota de 300%. Cigarro. Ausência de efeito confiscatório	236

19.3. Aspecto qualitativo	237
19.3.1. Súmulas do STF 70, 323 e 547	237
19.3.2. Condicionamento. Desembaraço aduaneiro de bem importado. Pagamento de diferença tributária. Arbitramento da autoridade fiscal ...	238
19.3.3. Protesto da CDA.....	239
19.3.4. Notas fiscais. Exigência de garantia.....	239
19.3.5. ME ou EPP com débito. Vedação ao Simples Nacional.....	239
19.3.6. Indústria do cigarro. Interdição por inadimplemento tributário	240
19.3.7. ICMS. Guerra fiscal. Meio coercitivo para recolhimento de tributo...	240
19.4. Taxa confiscatória	241
19.5. Amplitude de aplicação. Multas tributárias	242
19.5.1. Multas tributárias. Percentual.....	243
19.6. Controle judicial	245
INC. V	245
20. Liberdade de ir e vir. Proibição de limitação por meio de tributos	246
20.1. Valor justo	246
20.2. Natureza jurídica. Preço público	246
20.3. ICMS. Diferencial de alíquota. Restrição tributária à liberdade de tráfego.....	247
INC. VI, ALÍNEAS “A” A “E”	248
21. Imunidades.....	248
21.1. Classificação. Subjetivas e objetivas	249
21.2. Conteúdo. Direitos fundamentais.....	250
21.3. Compreensão e aplicação	251
21.4. Espécies tributárias abrangidas	252
21.5. Atendimento às obrigações acessórias.....	252
21.6. Contribuinte de Direito como beneficiário.....	253
21.7. Responsabilidade do substituto e do sucessor	253
21.8. Espécies de imunidades.....	254
21.8.1. Imunidade recíproca.....	255
21.8.2. Imunidade das entidades religiosas e templos	255
21.8.2.1. Imóveis alugados	256
21.8.2.2. Cemitérios.....	257
21.8.2.3. Maçonaria	257
21.8.3. Imunidade dos partidos políticos e das suas fundações.....	258
21.8.4. Imunidade dos sindicatos dos trabalhadores.....	258
21.8.5. Imunidade das instituições de educação e de assistência social ...	259

21.8.5.1. Imunidade. Impostos sobre a importação. Entidades religiosas que prestam assistência social	260
21.8.5.2. Entidade beneficente. Compra de produtos na qualidade de contribuinte de fato	261
21.8.5.3. Entidade educacional. Energia elétrica. Contribuinte de fato.....	261
21.8.5.4. Imóveis ociosos. IPTU. Aplicação da imunidade.....	261
21.8.5.5. Imóvel vago. ITBI. Ônus de elidir a presunção é do Fisco.....	262
21.8.5.6. Ensino gratuito de língua estrangeira. Aplicação da imunidade	262
21.8.5.7. Importação. Confusão entre contribuinte de Direito e de fato.....	262
21.8.5.8. IOF. Aplicação de recursos da entidade assistencial. Imunidade	262
21.8.5.9. Entidade fechada de previdência privada	262
21.8.5.10. Imóveis como escritório e residência dos membros da entidade. Imunidade	263
21.8.5.11. Venda de ingressos de cinema. SESC. Imunidade	263
21.8.6. Regulação. Lei complementar.....	263
21.8.7. Requisitos materiais e requisitos formais	264
21.8.8. Imunidade dos livros, jornais e periódicos.....	265
21.8.8.1. Amplitude objetiva de aplicação	266
21.8.8.2. Livro eletrônico e leitor eletrônico.....	267
21.8.9. Imunidade do papel destinado à impressão	267
21.8.9.1. Outros insumos	268
21.8.10. Imunidade dos fonogramas e videofonogramas musicais.....	268
§ 1º.....	269
22. Exceções à anterioridade tributária	269
22.1. Tipologia das exceções	270
§ 2º.....	272
23. Imunidade às autarquias e fundações públicas.....	272
§ 3º.....	274
24. Imunidade às empresas públicas e sociedades de economia mista	274
24.1. Extensão da imunidade tributária recíproca às empresas públicas e às sociedades de economia mista.....	275
24.1.1. Capital social majoritariamente público e fechado	276
24.1.2. Prestação de serviço público de modo exclusivo	277
24.1.3. Ausência de violação à livre concorrência	278

24.1.4. Companhia de Saneamento de Sergipe. Sociedade de economia mista integrante da Administração indireta do Estado de Sergipe	278
24.2. Serviços de registros públicos, cartorários e notariais. Inexistência de imunidade ao ISS.....	279
§ 4º.....	279
25. Templos religiosos. Partidos políticos, sindicatos dos trabalhadores e instituições de assistência social. Finalidades essenciais.....	279
§ 5º.....	280
26. Transparência tributária. Acesso à informação.....	280
26.1. Valor aproximado dos tributos. Influência na formação dos preços de venda	281
§ 6º.....	282
27. Benefícios fiscais, anistia ou remissão. Lei específica	282
§ 7º.....	283
28. Substituição tributária para frente	284
28.1. Direito à restituição da diferença do ICMS pago a mais. Base de cálculo efetiva inferior à presumida	285
28.2. Antecipação tributária sem substituição. Regulamentação por decreto do Poder Executivo. Impossibilidade.....	286
ART. 151, INC. I A III	287
1. Limites ao poder de tributar específicos à União	287
1.1. Princípio da uniformidade geográfica.....	287
1.2. Princípio da vedação de tratamento diferenciado em relação aos entes federativos.....	287
1.3. Tributação da renda das obrigações da dívida pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e da remuneração e dos proventos dos agentes públicos.....	288
1.4. Proibição de isenções heterônomas	288
ART. 152	289
1. Proibição de tratamento tributário diferenciado entre bens e serviços em razão da procedência ou destino	289
 SEÇÃO III Dos Impostos da União 	
ART. 153, INC. I A VIII.....	290
1. Competência tributária privativa da União. Impostos nominados.....	290

1.1. Imposto de Importação	291
1.1.1. Fato gerador	291
1.1.2. Momento da ocorrência do fato gerador. Violação à segurança jurídica.....	291
1.2. Imposto de Exportação.....	292
1.2.1. Fato gerador	293
1.2.2. Momento da ocorrência do fato gerador	293
1.3. Imposto de Renda	293
1.3.1. Renda e proventos. Conceito	294
1.3.2. Pensão alimentícia fundada no direito de família. Inconstitucionalidade	295
1.3.3. Indenizações	298
1.3.4. Juros e lucros cessantes	298
1.3.5. IRPJ e CSLL. Incidência sobre os valores atinentes à taxa Selic. Repetição de indébito tributário.....	300
1.3.6. Aplicações financeiras. Rendimentos. Correção monetária	300
1.3.7. Resultados financeiros. Contratos de <i>swap</i> para fins de <i>hedge</i> . Lei 9.779/1999.....	301
1.3.8. Condenações trabalhistas	301
1.3.9. Rendimentos recebidos acumuladamente	302
1.3.10. Depósitos bancários. Omissão de receita. Lei 9.430/1996	303
1.3.11. Isenção. Proventos de aposentadoria. Requisitos legais. Ampliação por decisão judicial	303
1.3.12. Renda da pessoa jurídica	304
1.3.13. Compensação de prejuízos	304
1.3.14. Repartição de receitas. Titularidade do IR. Rendimentos pagos pelos municípios. Pessoas físicas ou jurídicas contratadas para prestação de bens ou serviços.....	305
1.4. Imposto sobre Produtos Industrializados	306
1.4.1. Fatos geradores	306
1.4.2. Conceito de produto industrializado	306
1.4.3. IPI na importação realizada por pessoa física	307
1.4.4. IPI na revenda de bens importados	308
1.4.5. Aspecto quantitativo	309
1.4.6. Cálculo. Estabelecimento de valores pré-fixados. Pautas fiscais. Reserva de lei complementar	310
1.5. Imposto sobre Operações Financeiras.....	311
1.5.1. IOF. Operações praticadas por empresas de <i>factoring</i>	311

1.5.2. IOF. Contratos de mútuo com quem não desenvolve atividade financeira ou análoga.....	312
1.6. Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural.....	313
1.6.1. Propriedade rural x propriedade urbana.....	314
1.6.2. Incidência sobre domínio útil ou posse	315
1.6.3. Base de cálculo.....	316
1.7. Imposto sobre Grandes Fortunas	316
1.8. Imposto seletivo	317
1.8.1. Fato gerador	319
1.8.2. Extrafiscalidade vinculada à saúde e ao meio ambiente.....	320
1.8.3. Critérios de seleção dos bens e serviços	320
1.8.4. Controle de proporcionalidade	321
1.8.5. Reforma tributária ecológica na Alemanha	323
§ 1º.....	324
2. Legalidade atenuada para II, IE, IPI e IOF.....	324
§ 2º, INC. I E II.....	325
3. IR. Critérios de conformação	326
3.1. Generalidade e universalidade	326
3.2. Progressividade	326
§ 3º, INC. I A IV.....	327
4. IPI	328
4.1. Seletividade em função da essencialidade.....	328
4.1.1. Legitimidade da tributação indutora de comportamento	329
4.1.2. Seletividade e capacidade contributiva.....	331
4.1.3. Discrecionariade na fixação das alíquotas	332
4.1.4. Garraões, garrafas e tampas plásticas. Acondicionar água mineral. Bem essencial.....	334
4.2. Não cumulatividade.....	334
4.2.1. Compensação. Método do creditamento	334
4.2.2. Creditamento. Aquisição de insumos não tributados.....	335
4.2.3. Creditamento. Entrada com insumos tributados. Saídas isentas ou com alíquota zero	336
4.2.4. Aquisição de insumos da Zona Franca de Manaus. Creditamento....	337
4.3. Não incidência sobre a exportação.....	337
4.4. Redução sobre a aquisição de bens de capital.....	337

§ 4º, INC. I A III	338
5. ITR	338
5.1. Progressividade extrafiscal.....	338
5.2. Imunidade de pequenas glebas rurais.....	338
5.3. Fiscalização pelos Municípios	339
§ 5º, INC. I E II	339
6. Ouro. Ativo financeiro ou instrumento cambial. IOF	339
§ 6º, INC. I E VII	340
7. Não incidência sobre as exportações e sobre operações com energia elétrica e com telecomunicações	341
7.1. Incidência monofásica.....	343
7.2. Cálculo por fora.....	343
7.3. Integração da base de cálculo de outros tributos	344
7.4. Identificação de fato gerador e base de cálculo de outros tributos.....	345
7.5. Alíquotas	347
7.6. Cobrança na extração	347
ART. 154, INC. I E II	348
1. Impostos residuais e extraordinários	349
1.1. Impostos residuais. Requisitos	349
1.2. Impostos extraordinários	349

SEÇÃO IV

Dos Impostos dos Estados e do Distrito Federal

ART. 155, INC. I A III	349
1. Impostos dos Estados e do Distrito Federal	350
1.1. Competência para os impostos estaduais.....	350
1.2. ITCD. Lei Complementar	350
1.2.1. Fato gerador. Aspectos circunstanciais.....	350
1.2.2. Progressividade. Legitimidade	351
1.3. ICMS.....	352
1.3.1. Operações de circulação de mercadorias	352
1.3.1.1. Conceito de operações	352
1.3.1.2. Conceito de circulação.....	353
1.3.1.3. Extração de petróleo. Ausência dos elementos “operação” e “circulação”	354
1.3.1.4. Conceito de mercadoria.....	354

1.3.1.5. Economia digital. <i>Software</i> . Evolução regulatória	355
1.3.1.5.1. Convênio ICMS 106/2017. Violação da competência do legislador complementar.....	357
1.3.1.5.2. ICMS sobre operações com <i>software</i> . Não incidência	358
1.3.1.5.3. Bitributação. ICMS e ISS. Impossibilidade	361
1.3.1.6. As decisões do STF na ADI 1.945 e ADI 5.659. Aparente consolidação de entendimento.....	363
1.3.1.7. Habitualidade e natureza mercantil. Venda de salvados de sinistros.....	365
1.3.1.8. Energia elétrica. Demanda contratada.....	366
1.3.1.9. Base de cálculo	366
1.3.1.9.1. Venda para entrega futura.....	366
1.3.1.9.2. Inclusão do próprio montante do ICMS incidente	366
1.3.1.9.3. Inclusão do frete.....	367
1.3.1.9.4. Mercadorias dadas em bonificação	367
1.3.1.9.5. Encargos de financiamento	367
1.3.1.9.6. Valor de pauta fiscal.....	368
1.3.1.10. Conflito ICMS x ISS. Serviços gráficos. Embalagens	368
1.3.2. ICMS sobre serviços.....	369
1.3.2.1. Transporte	369
1.3.2.2. Comunicação e telecomunicação	370
1.3.2.2.1. Amplitude de incidência.....	370
1.3.2.2.2. Atividade de inserção de textos, desenhos e outros materiais de propaganda e publicidade em qualquer meio. Ato preparatório ao serviço de comunicação	371
1.3.3. ICMS declarado e não recolhido. Crime.....	373
1.4. IPVA	375
1.4.1. Fato gerador	375
1.4.2. Aeronaves e embarcações.....	375
1.4.3. Aspectos quantitativos.....	376
1.4.3.1. Desconto para o bom motorista.....	376
1.4.3.2. Redução do IPVA. Contratação de empregados com mais de 40 anos	377
1.4.4. Recolhimento em Estado diverso daquele que o contribuinte mantém sua sede ou domicílio tributário	377
1.4.5. Cobrança do IPVA por Estado diverso da sede de empresa locadora de veículos. Filial em outro estado (distinção do Tema 708, RE 1.016.605)	378

§ 1º, INC. I A VII	379
2. ITCD. Regras específicas de competência	380
2.1. Estado da situação do bem imóvel.....	380
2.2. Estado de domicílio do de cujus ou de domicílio do doador	380
2.3. Situações envolvendo o exterior. Instituição regulada por lei complementar	380
2.4. Alíquotas máximas. Competência do Senado Federal.....	381
2.5. Progressividade	382
2.6. Não incidência sobre transmissões e doações a instituições sem fins lucrativos com finalidade de relevância pública e social.....	382
§ 2º, INC. I	383
3. ICMS. Regras específicas	383
3.1. Não cumulatividade.....	383
3.1.1. Aproveitamento do crédito. Nota fiscal inidônea	383
3.1.2. Incidência monofásica	384
3.1.3. Regime de diferimento e não cumulatividade	384
3.1.4. Telefonia. Processo industrial por equiparação	384
3.1.5. Creditamento. ICMS de serviços e de produtos desvinculados do processo de industrialização da mercadoria comercializada	385
3.1.6. Material de construção para ampliação do estabelecimento.....	385
3.1.7. Correção monetária dos créditos	385
INC. II, ALÍNEAS “A” E “B”	386
4. Impedimentos ao creditamento	386
4.1. Crédito presumido	386
4.2. Redução da base de cálculo. Isenção parcial. Estorno proporcional	387
4.3. Estorno. Opção por regime mais vantajoso.....	387
4.4. Estorno proporcional de crédito efetuado pelo Estado de destino. Crédito fiscal presumido concedido pelo Estado de origem sem autorização do CONFAZ. Não cumulatividade	387
4.5. Creditamento. Empresa prestadora de serviços de telefonia móvel. Aparelho celular. Cessão em comodato	389
INC. III	389
5. Seletividade. Faculdade	389
5.1. Energia elétrica e telecomunicações.....	390

INC. IV	393
6. Alíquotas. Operações interestaduais e de exportação.....	393
INC. V, ALÍNEA A“A” E “B” E VI	395
7. Alíquotas mínimas e máximas. Operações internas. Conflitos de Estados.....	395
INC. VII, ALÍNEA “A” E “B” E VIII, ALÍNEA “A” E “B”	395
8. Operações interestaduais. Alíquotas. Repartição do imposto	396
INC. IX, ALÍNEA “A”	397
9. Importação	397
9.1. ICMS-Importação. <i>Leasing</i>	398
9.2. Sujeito ativo. Estado em que localizado o domicílio ou o estabelecimento do destinatário jurídico da mercadoria importada. Gás natural oriundo da Bolívia.....	398
ALÍNEA “B”	399
10. ICMS em operações mistas.....	399
INC. X	400
11. Imunidades relativas ao ICMS.....	400
ALÍNEA “A”	401
12. Exportações.....	401
13. Manutenção e aproveitamento dos créditos	402
ALÍNEA “B”	402
14. Operações interestaduais. Derivados de petróleo e energia elétrica	402
ALÍNEA “C”	403
15. Ouro como ativo financeiro ou instrumento cambial	403
ALÍNEA “D”	403
16. Radiodifusão de recepção livre e gratuita.....	403
INC. XI	404
17. IPI. Base de cálculo do ICMS. Exclusão	404
INC. XII	404
18. Competência do legislador complementar	404
ALÍNEA “A”	404
19. Contribuintes	404
ALÍNEA “B”	405
20. Substituição tributária.....	405

ALÍNEA “C”	405
21. Regulação da compensação	405
ALÍNEA “D”	406
22. Definição do local das operações	406
ALÍNEA “E”	406
23. Desoneração das exportações	406
ALÍNEA “F”	407
24. Manutenção de crédito.....	407
ALÍNEA “G”	407
25. Benefícios fiscais. Acordo entre os Estados e o DF.....	407
25.1. Forma de concessão. Requisitos	408
25.2. Imunidade. Concessão por Constituição Estadual	409
25.3. Diferimento	409
25.4. Constitucionalidade de lei estadual ou distrital. Amparo em convênio do CONFAZ. Concessão de remissão de créditos de ICMS. Benefícios fiscais anteriormente julgados inconstitucionais.....	409
25.5. Remissão dos créditos tributários. Reinstituição dos benefícios tributários.....	411
25.6. Venda, realizada por locadora de veículos, de automóvel com menos de doze meses de aquisição da montadora	411
25.7. Processo legislativo estadual. Programa Catarinense de Recuperação Fiscal (PREFIS-SC). Benefício fiscal de ICMS. Autorização CONFAZ. Estimativa de impacto orçamentário.....	411
ALÍNEA “H”	411
26. Incidência monofásica. Combustíveis e lubrificantes.....	412
ALÍNEA “I”	412
27. Integração do ICMS na sua base de cálculo	412
§ 3º.....	412
28. Imunidade. ICMS, II, IE, IBS e IS.....	412
§ 4º E § 5º	413
29. ICMS monofásico. Combustíveis e lubrificantes	414
§ 6º, INC. I A III, ALÍNEA “A” A “D”	414
30. IPVA	415
30.1. Alíquotas.....	415

30.2. Incidência sobre veículos automotores aquáticos e aéreos.....	416
30.3. Exceções.....	417

SEÇÃO V

Dos Impostos dos Municípios

ART. 156, INC. I A IV.....	417
1. Impostos dos Municípios.....	418
1.1. IPTU.....	418
1.1.1. Base econômica.....	418
1.1.2. Aspecto quantitativo.....	418
1.1.3. Aspecto subjetivo.....	418
1.2. ITBI.....	419
1.2.1. Base de cálculo. Valor da transação. Valor de mercado.....	420
1.3. ISS.....	420
1.3.1. Aspecto material e conceito.....	420
1.3.2. Serviço <i>x</i> locação.....	422
1.3.3. <i>Leasing</i>	423
1.3.4. Amplitude da definição dos serviços.....	424
1.3.5. Conceito constitucional de serviços. Mutações. Artigos 109 e 110 do CTN. Plano de saúde e seguro-saúde.....	425
1.3.6. Franquia. Contrato empresarial. Essência de cessão de direitos sobre marca e produto.....	426
1.3.7. Operações mistas.....	428
1.3.8. Medicamentos produzidos por manipulação de fórmulas, sob encomenda. Subitem 4.07 da lista anexa à LC 116/03. Sujeição ao ISS.....	430
1.3.9. Local do estabelecimento <i>x</i> local da efetiva prestação.....	430
1.3.10. Obrigatoriedade de cadastro. Prestadores de serviços não estabelecidos no território do Município. Obrigação ao tomador de recolhimento do ISS quando descumprida a obrigação.....	431
1.3.11. Conflito ISS <i>x</i> IPI.....	433
1.3.12. Conflito ICMS <i>x</i> ISS. Serviços gráficos. Embalagens.....	433
1.3.13. Licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação desenvolvidos de forma personalizada. Subitem 1.05. Lista anexa à LC 116/03.....	434
1.3.14. Base de cálculo.....	435
§ 1º, INC. I A III E § 1º A.....	436
2. Características do IPTU.....	436
2.1. Progressividade.....	436

2.2. Seletividade.....	437
2.3. Possibilidade de atualização da base de cálculo pelo Poder Executivo.....	438
2.4. Não incidência. Templos de qualquer culto. Entidades abrangidas pela imunidade tributária. Locatárias do bem imóvel	439
§ 2º, INC. I E II.....	439
3. Imunidade ao ITBI. Realização de capital de pessoa jurídica e transformações societárias	439
§ 3º, INC. I A III E § 4º	440
4. Lei complementar. Alíquotas. Exportações. Benefícios fiscais.....	441
4.1. Ato de improbidade administrativa	442
4.2. Sociedades profissionais. ISS fixo.....	442
SEÇÃO V-A	
Do Imposto de Competência Compartilhada entre Estados, Distrito Federal e Municípios	
ART. 156-A.....	442
1. Imposto sobre bens e serviços (IBS).....	442
§ 1º.....	443
1.1. Princípio da neutralidade.....	443
INC. I.....	444
1.2. Operações com bens materiais ou imateriais, inclusive direitos, ou com serviços.....	444
INC. II.....	448
1.3. Importação de bens, direitos ou serviços.....	448
INC. III	449
1.4. Não incidência sobre exportações.....	449
INC. IV A VII.....	450
1.5. Legislação única e uniforme. Alíquotas.....	450
INC. VIII.....	452
1.6. Não cumulatividade.....	452
INC. IX.....	452
1.7. Cálculo por fora.....	452

INC. X	454
INC. XI	457
INC. XII	457
INC. XIII	458
§ 2º	459
§ 3º	459
§ 4º, INC. I	460
§ 5º, INC. I AO IX	461
§ 6º, INC. I AO VI	464
§ 7º, INC. I E II	466
§ 8º	467
§ 9º, INC. I E II	468
§ 10	469
§ 11	469
§ 12	470
§ 13	471
ART. 156-B, INC. I AO III	472
§ 1º	473
§ 2º, INC. I AO VII	474
§ 3º, INC. I E II, ALÍNEAS “A” E “B”,	475
§ 4º, INC. I, ALÍNEAS “A” E “B”, E II	475
§ 5º	476
§ 6º	476
§ 7º	477
§ 8º	477
ART. 159-A	478

NORMAS TRIBUTÁRIAS FORA DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

TÍTULO VII DA ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA

CAPÍTULO I DOS PRINCÍPIOS GERAIS DA ATIVIDADE ECONÔMICA

ART. 177, § 4º	481
1. CIDE-Combustíveis	482
1.1. Seletividade	482
1.2. Destinação dos recursos	482

CAPÍTULO III DA POLÍTICA AGRÍCOLA E FUNDIÁRIA E DA REFORMA AGRÁRIA

ART. 184, § 5º	482
1. Imunidade. Reforma agrária	483

TÍTULO VIII DA ORDEM SOCIAL

CAPÍTULO II DA SEGURIDADE SOCIAL

SEÇÃO I Disposições Gerais

ART. 195	485
1. Contribuições sociais de seguridade social	485
INC. I	486
2. Contribuições patronais	486
ALÍNEA "A"	487
3. Contribuição sobre a folha	487
3.1. Contribuição. Valor bruto. Nota fiscal. Cooperativas de trabalho	488
3.2. Empresa contratante de serviços. Cessão de mão de obra. Retenção de 11%	488

3.3. Salário-maternidade. Prestação previdenciária. Decorrência da licença-maternidade	489
3.4. Terço constitucional de férias gozadas	489
3.5. Contribuição previdenciária. Comissão paga pelas seguradoras aos corretores de seguros	490
3.6. Contribuição Previdenciária Patronal. Base de cálculo. Exclusão dos valores retidos a título de IR e de contribuição previdenciária a cargo do empregado	490
ALÍNEA “B”	490
4. Contribuição sobre a receita ou o faturamento.....	490
4.1. Redação original e redação atual	490
4.2. Conceitos envolvidos.....	491
4.3. COFINS.....	492
4.3.1. Legislação	492
4.3.2. Base de cálculo. Exclusão do ICMS	493
4.3.3. ICMS. Inclusão na base de cálculo da contribuição previdenciária sobre a receita bruta. Possibilidade.....	493
4.3.4. Inclusão do IPI. Operações de venda realizadas por fabricantes ou importadores de veículos. Base de cálculo presumida em regime de substituição tributária. PIS e COFINS devidas pelos comerciantes varejistas.....	494
4.3.5. Base de cálculo. Inclusão da taxa da operadora de cartão de crédito	495
ALÍNEA “C”	496
5. CSLL.....	496
5.1. Conceito de lucro	496
5.2. CSLL e IRPJ. Dupla incidência sobre o lucro.....	497
INC. II	497
6. Contribuição do trabalhador. Regime geral de previdência social.....	497
INC. III	498
7. Contribuição sobre receita de concursos de prognósticos	498
INC. IV	499
8. Contribuições do importador de bens ou serviços	499
8.1. Base de cálculo. Valor aduaneiro	500
8.2. Majoração da alíquota em um ponto percentual. Aproveitamento integral dos créditos	501

INC. V	502
9. Contribuição sobre bens e serviços (CBS)	502
§ 1º E § 2º	502
10. Orçamento da seguridade social	502
§ 3º	502
11. Empresa com débitos. Restrições com o Poder Público	502
§ 4º	504
12. Competência residual. Contribuições de seguridade social	504
§ 5º	504
13. Equilíbrio entre receita e despesa	505
14. Extensão da licença maternidade. Pai solteiro servidor público. Isonomia, legalidade e proteção da criança. Benefício criado. Fonte de custeio total	505
§ 6º	505
15. Anterioridade nonagesimal	505
§ 7º	506
16. Imunidade às contribuições de seguridade social	506
§ 8º	507
17. Contribuição do segurado em regime de economia familiar	507
§ 9º	508
18. Contribuições patronais. Critérios quantitativos	508
19. CSLL. Alíquota específica para empresas financeiras e equiparadas	509
§ 10 E § 11	510
20. Vedações. Moratória, parcelamento, remissão e anistia	510
§ 12	511
21. COFINS e COFINS-Importação. Não cumulatividade	511
21.1. Não cumulatividade. Medida Provisória 135/2003. Lei 10.833/2003. Legalidade	511
21.2. Ativo imobilizado. Creditamento. Limitação. Lei 10.865/2004	512
21.3. Empresas prestadoras de serviços. Manutenção na sistemática cumulativa. Critério de discrimen. Isonomia. Ausência de afronta	512
21.4. Não cumulatividade. Isonomia e razoabilidade. Direito a creditamento. PIS. COFINS. Regimes cumulativo e não cumulativo. Transição	512

21.5. Possibilidade de apuração de créditos de PIS/COFINS na aquisição de insumos recicláveis. Prejuízos econômicos ao contribuinte industrial dedicado à reciclagem. Princípio do protetor recebedor	513
§ 13 AO § 19	513

CAPÍTULO III
DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO

SEÇÃO I
Da Educação

ART. 212, § 5º	517
1. Contribuição social do salário-educação	517
§ 6º	518

CAPÍTULO VI
DO MEIO AMBIENTE

ART. 225, INC. VIII	518
----------------------------------	-----

TÍTULO IX
DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS GERAIS

ART. 239, § 1º AO § 5º	521
1. Contribuições para o PIS/PASEP	522
ART. 240	523
1. Contribuições às entidades de serviço social (Sistema “S”)	523

**ATO DAS DISPOSIÇÕES
CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS**

ART. 41	527
1. Revogação dos incentivos fiscais setoriais passados	527
ART. 74 E 75	528
1. CPMF	528
1.1. Eficiência fiscal x justiça tributária	529

ART. 76, § 1º AO § 4º, ART. 76-A, INC. I AO V, E ART. 76-B, INC. I AO IV ...	530
1. Desvinculação de receitas	531
ART. 88, INC. I A II	532
1. ISS. Alíquota mínima	532
ART. 92-B	533
ART. 124 AO ART. 133	534
ART. 134	543
ART. 135 AO ART. 137	544
1. IOF	545
2. Cesta Básica Nacional de Alimentos	546
3. Regimes diferenciados de tributação	546
4. Fundo de Compensação de Benefícios Fiscais ou Financeiro-Fiscais	551
5. Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional	552
6. ITCD	553
7. Projetos de lei: reforma da tributação da renda, IBS/CBS e reforma da tributação da folha de salários	553
8. Crédito presumido como incentivo à produção de veículos equipados com motor elétrico	553
9. Revogações finais e vigência	554